

Sumário

Nota explicativa da 6ª edição	13
-------------------------------------	----

PARTE I TEORIA GERAL DO ERRO NO DIREITO PENAL

Considerações iniciais	17
------------------------------	----

CAPÍTULO I

Erro de tipo	23
1. Conceito	23
2. Espécies de erro de tipo	25
2.1. Erro de tipo essencial (CP, art. 20)	25
2.2. Erro de tipo accidental.....	26
2.2.1. <i>Error in personae</i> (erro sobre a pessoa – art. 20, §3º)	27
2.2.2. <i>Error in objecto</i> (erro sobre o objeto)	28
2.2.3. <i>Aberratio ictus</i> (ou erro na execução ou erro inabilidade ou erro por acidente)	29
2.2.3.1. Da “ <i>aberratio ictus</i> ” em sentido estrito..	29
2.2.3.2. “ <i>Aberratio ictus</i> ” em sentido amplo.....	31
2.2.4. <i>Aberratio criminis</i> (ou <i>delicti</i>)	32
2.2.5. <i>Aberratio causae</i> (ou erro sobre o nexa causal ou desvios causais).....	33
2.3. Erro determinado por terceiro (exclui o dolo, quando escusável – CP art. 20, § 2º).....	35
2.4. Erro de subsunção (erro sobre conceitos jurídicos)	36
2.5. Erro de tipo que recai sobre requisito da ilicitude contido no tipo	37
3. Graduação do erro de tipo: erro escusável/invincível e erro inescusável/vencível	38
4. Erro de tipo e institutos correlatos	39
5. Jurisprudência e notas sobre o erro de tipo	43

5.1. Jurisprudência e notas sobre o erro de tipo escusável/invencível	43
5.2. Jurisprudência e notas sobre o erro de tipo inescusável/vencível	54
5.3. Jurisprudência e nota sobre <i>aberratio ictus</i>	57

CAPÍTULO II

Erro de proibição	59
1. Conceito.....	59
2. Relevância do erro de proibição	61
3. Espécies de erro de proibição.....	62
3.1. Erro de proibição (ou erro de proibição direto) – CP, art. 21	62
3.1.1. Erro de proibição e valoração paralela na esfera do profano.	63
3.1.2. Erro de proibição e contravenções penais	65
3.2. Erro de proibição indireto.....	66
4. Graduação do erro de proibição: escusável/invencível e erro inescusável/vencível	67
4.1. Erro inevitável (ou invencível) e, portanto, escusável.....	67
4.2. Erro evitável (ou vencível)	68
5. Jurisprudência sobre erro de proibição escusável e não escusável.....	68
5.1. Erro de proibição escusável/invencível	68
5.2. Jurisprudência sobre erro de proibição inescusável/vencível	84

CAPÍTULO III

O erro nas discriminantes putativas	89
1. Conceito.....	89
2. Consequência do reconhecimento das discriminantes putativas – CP, art. 20, § 1º.....	94
3. Controvérsia sobre a natureza jurídica da discriminante putativa.....	95
3.1. Discriminante putativa e erro de proibição.....	97
3.2. Erro de proibição e erro de subsunção	98
3.3. Erro de proibição e delito putativo por erro de proibição.....	98

3.4. O erro sobre as descriminantes putativas é causa de isenção de pena, não de exclusão do dolo.....	98
4. O erro de tipo permissivo inescusável/vencível não é um crime culposos	104
5. O problema da participação no caso de descriminantes putativas	109
6. Implicações no âmbito do direito processual penal	110
6.1. Arquivamento do inquérito policial ou denúncia	111
6.2. Impronúncia ou absolvição sumária	112
7. Jurisprudência e notas das descriminantes putativas	112
7.1. Jurisprudência e notas das descriminantes putativas: aspectos gerais.....	112
7.2. Jurisprudência e notas sobre legítima defesa putativa escusável/invencível	115
7.3. Jurisprudência sobre legítima defesa putativa inescusável/vencível – pena do crime culposos – CP, art. 20, § 1.º, 2.ª parte	119
7.4. Jurisprudência sobre legítima defesa putativa: questionário no júri	123

PARTE II
ERRO NAS DESCRIMINANTES PUTATIVAS:
EVOLUÇÃO HISTÓRICA E DOGMÁTICA

Considerações iniciais.....	127
------------------------------------	------------

CAPÍTULO I

Da culpabilidade: conceito em evolução e funções.....	129
--	------------

CAPÍTULO II

Teoria psicológica da culpabilidade.....	137
1. Características gerais	137
1.1. Vinculação sistemática	137
1.2. Natureza e requisitos da culpabilidade.....	137
1.2.1. A culpabilidade é puramente psicológica.....	137
1.2.2. Requisitos.....	138
1.2.3. Posição do dolo e da culpa	139
1.3. Críticas.....	139

2. Tratamento do erro.....	141
2.1. Vinculação à antijuridicidade objetiva.....	141
2.2. Erro de fato e erro de direito	144
2.3. Críticas.....	148
3. O erro nas descriminantes putativas.....	150
3.1. Teoria psicológica do dolo e descriminantes putativas..	150
4. Síntese.....	153

CAPÍTULO III

Teoria normativa da culpabilidade

ou psicológico-normativa da culpabilidade 155

1. Características gerais	155
1.1. Origem e teoria teleológica do delito	155
1.2. Natureza, fundamento e requisitos da culpabilidade.....	156
1.2.1. A culpabilidade é juízo de reprovação e situação fática.....	156
1.2.2. Fundamento	157
1.2.3. Exigibilidade de conduta conforme ao direito ...	157
1.2.4. Requisitos.....	158
1.3. Posição do dolo e da culpa	159
1.4. <i>Dolus malus</i>	160
1.5. Críticas.....	161
1.6. Interpretação contemporânea da teoria psicológico-normativa da culpabilidade.....	162
1.6.1. Princípio da insignificância, tolerância e adequação social.....	163
2. Tratamento do erro.....	164
2.1. Teorias do dolo.....	164
2.1.1. Teoria estrita ou extrema do dolo.....	168
2.1.2. Teoria limitada do dolo.....	169
2.1.3. Teoria modificada do dolo.....	170
2.2. Críticas às teorias do dolo	172
3. O erro nas descriminantes putativas.....	173
3.1. Teorias do dolo normativo e descriminantes putativas .	173
4. Síntese.....	177

CAPÍTULO IV

Teoria dos elementos negativos do tipo..... 179

1. Características gerais	179
---------------------------------	-----

1.1. Origem	179
1.2. Tipo de injusto e tipo total do injusto	180
1.3. Mérito e críticas	182
2. O erro nas descriminantes putativas fáticas	184
2.1. Erro de tipo excludente do dolo	184
3. Síntese.....	185

CAPÍTULO V

Teoria normativa pura da culpabilidade.....	187
1. Características gerais	187
1.1. Vinculação sistemática	187
1.2. Natureza, objeto e requisitos da culpabilidade.....	189
1.2.1. A culpabilidade é puro juízo de valor	189
1.2.2. Objeto	191
1.2.3. Requisitos.....	192
1.2.4. Posição do dolo e da culpa	194
1.3. Críticas.....	195
2. Tratamento do erro.....	196
2.1. Teorias da culpabilidade.....	196
2.1.1. Teoria estrita ou extremada da culpabilidade....	198
2.1.2. Teoria estrita ou extremada da culpabilidade no Brasil.....	202
2.1.3. Teoria limitada da culpabilidade.....	203
2.1.4. Teoria limitada da culpabilidade no Brasil	206
2.1.5. Confronto com as teorias do dolo	210
2.2. Teoria adotada pelo nosso <i>ius positum</i>	212
2.3. Erro de tipo e erro de fato	216
2.4. Distinções relevantes	218
2.4.1. Erro de tipo e erro nas descriminantes putativas	218
2.4.2. Erro de tipo e erro de proibição. Erro sobre requisitos normativos do tipo e erro sobre requisitos da antijuridicidade contidos no tipo; erro sobre a insignificância do fato	219
3. O erro nas descriminantes putativas.....	226
3.1. Teorias da culpabilidade e descriminantes putativas.....	226
4. Síntese.....	227

CAPÍTULO VI

Conceito complexo de culpabilidade	229
1. Da culpabilidade.....	229
1.1. Objeto e fundamento.....	229
1.2. Injusto penal e culpabilidade.....	233
1.3. A dupla posição (na verdade, valoração) do dolo e da culpa e suas consequências	235
1.4. Críticas.....	244
1.5. Culpabilidade do fato, não de autor	245
2. Tratamento do erro	249
2.1. Natureza do erro de proibição indireto e das discriminantes putativas.....	249
2.1.1. O erro nas discriminantes putativas é erro <i>sui generis</i>	250
2.1.2. Erro nas discriminantes putativas e erro de tipo incriminador	251
2.1.3. Erro nas discriminantes putativas e erro de proibição	252
2.1.4. Teoria da culpabilidade que remete à consequência jurídica.....	256

CAPÍTULO VII

Teorias funcionalistas da culpabilidade	259
1. A culpabilidade como limite da pena (Roxin).....	259
2. Culpabilidade como fidelidade ao direito (Jakobs).....	262
3. Pena como medida da culpabilidade: autores habituais e culpabilidade pela condução da vida	267
4. Críticas ao conceito funcional de culpabilidade de Jakobs	268
5. Erro de proibição nos conceitos funcionalistas de culpabilidade	270
5.1. Evitabilidade do erro de proibição.....	271
5.2. Erro sobre os fundamentos (erros culturalmente condicionados).....	272
6. O erro sobre as discriminantes putativas.....	273

CAPÍTULO VIII

Síntese da evolução histórica e dogmática do tratamento do erro nas discriminantes putativas	277
1. Erro de proibição indireto.....	278

1.1. O erro de proibição indireto nas teorias dogmático-penais	278
1.1.1. Erro de proibição indireto e teoria psicológica da culpabilidade	278
1.1.2. Erro de proibição indireto e teorias do dolo normativo	279
1.1.3. Erro de proibição indireto e teorias da culpabilidade.....	281
2. Erro nas discriminantes putativas.....	282
2.1. Erro nas discriminantes putativas nas teorias dogmático-penais.....	282
2.1.1. Erro nas discriminantes putativas e teorias da exclusão do dolo	282
2.1.2. Erro nas discriminantes putativas e teoria psicológica da culpabilidade	283
2.1.3. Erro nas discriminantes putativas e teorias do dolo normativo.....	283
2.1.4. Erro nas discriminantes putativas e teoria dos elementos negativos do tipo	283
2.1.5. Erro nas discriminantes putativas e teoria limitada da culpabilidade	284
2.1.6. Erro nas discriminantes putativas e teoria estrita ou extremada da culpabilidade. Inconciliabilidade com nosso <i>ius positum</i>	284
2.1.7. Erro nas discriminantes putativas e teoria da culpabilidade que remete à consequência jurídica	286
 CAPÍTULO IX	
Conclusões	287
Referências	289